

Marxismo e opressão racial:

por uma teoria unificada

Marxism and racial oppression: toward a unified theory

Charles Post^{*1}

Resumo

O debate antirracista na esquerda marxista permanece polarizado entre políticas “reducionistas de classe” (qualquer tentativa de abordar as disparidades raciais reforça as relações de classe capitalistas) e políticas “identitárias liberais” (disparidades na representação racial podem ser resolvidas sem questionar a desigualdade de classe). Ambas as posições compartilham uma perspectiva comum – a opressão racial e a exploração de classe são produtos de dinâmicas sociais distintas cuja relação é *historicamente contingente*. Este ensaio é um passo inicial em direção a uma teoria unificada do capitalismo e da opressão racial, na qual sua relação é *estruturalmente necessária*. Seguindo a elaboração da economia política de Marx empreendida por Anwar Shaikh e Howard Botwinick, argumentamos que a acumulação e a competição capitalistas reais necessariamente diferenciam os processos de trabalho, as taxas de lucro e as taxas salariais dentro e entre os ramos da produção. A seguir, tentamos fundar a racialização – a divisão da humanidade em grupos distintos com características imutáveis que tornam alguns grupos inerentemente superiores e outros inerentemente inferiores – na experiência vivida das relações de propriedade social capitalista. Finalmente, o ensaio examina exemplos históricos de como a raça fornece um “roteiro mental” da experiência vivida das relações sociais capitalistas tanto para capitalistas quanto para trabalhadores.

Palavras-chave: racismo; capitalismo; teorias da opressão racial; marxismo

* Charles Post leciona Sociologia no *Borough of Manhattan Community College* e no *Graduate Center* da *City University of New York*. Ele é membro do conselho editorial da *Spectre: A Marxist Journal* e membro do *Tempest Collective*, uma organização revolucionária socialista nos EUA. E-mail: cpost@bmcc.cuny.edu ou charlespost@nyc.rr.com. Tradução: João Leonardo Medeiros (UFF/NIEP-Marx).

¹ O autor gostaria de agradecer a Tithi Bhattacharya, Howard Botwinick, Robert Brenner, David Camfield, Sue Ferguson, Todd Gordon, Kate Doyle-Griffiths, Paul Heideman, Aaron Jaffe, David McNally, Kim Moody, Richard Seymour e Lise Vogel por seus comentários às primeiras versões deste ensaio. Um agradecimento especial a David Camfield por compartilhar materiais não publicados sobre as origens do racismo; a Paul Heideman pela ajuda com dados sobre raça e desemprego; e a Kim Moody por uma longa discussão sobre como trabalhadores e capitalistas encaram a raça no mercado de trabalho-capitalista. Quero agradecer ainda aos participantes do meu seminário “Capitalismo, raça e classe” no *Graduate Center* da CUNY no outono de 2016 e na primavera de 2020, no qual muitas dessas ideias foram inicialmente apresentadas, debatidas e refinadas. Um agradecimento especial também a Satnam Virdee, com quem debati essas questões e outros assuntos. Finalmente, este ensaio é dedicado à memória de James A. Geschwender (1933-2020), que me ensinou como pensar sobre raça e classe quando eu era seu estudante de pós-graduação em Binghamton.

Abstract

Anti-racist debate on the Marxist left remains polarized between “class reductionist” (any attempt to address racial disparities reinforces capitalist class relations) and “liberal identity” (disparities in racial representation can be resolved without questioning class inequality) politics. Both positions share a common perspective – racial oppression and class exploitation are the products of distinctive social dynamics whose relationship is historically contingent. This essay is an initial step toward a unified theory of capitalism and racial oppression, where their relationship is structurally necessary. Following Anwar Shaikh and Howard Botwinick’s elaboration of Marx’s political economy, we argue that real capitalist accumulation and competition necessarily differentiates labor processes, profit rates and wage rates within and between branches of production. We then attempt to root racialization – the division of humanity into distinct groups with unchangeable characteristics that make some groups inherently superior and others inherently inferior – in the lived experience of capitalist social property relations. Finally, the essay examines historical examples of how race provides a “mental road map” of the lived experience of capitalist social relations for both capitalist and workers.

Keywords: racism; capitalism; theories of racial oppression; Marxism

A revolta desencadeada pelo assassinato policial de George Floyd em Mineápolis colocou novamente a questão da raça no centro da política nos EUA e no resto do mundo capitalista. Enquanto a direita nega firmemente a existência de racismo e defende uma maior repressão contra aqueles que protestam contra a violência policial, a esquerda – tanto a liberal² quanto a socialista – tem se esforçado para compreender a rebelião. Para os liberais, o problema é simplesmente uma “falta de diversidade” – a polícia, as classes médias, a América corporativa e o establishment político não “refletem” a população como um todo. Os liberais esperam refrear essas lutas como fizeram com as lutas das décadas de 1960 e 1970, promovendo uma nova classe média de cor sem enfrentar a crescente pobreza e a insegurança dos trabalhadores de cor. Como argumentou Asad Haider (2018), os neoliberais transformaram a “política de identidade” de um ataque ao racismo, ao sexismo e ao capitalismo em uma demanda para diversificar a elite política e econômica sem modificar as relações de classe capitalistas.

A esquerda socialista dos EUA também está tentando acompanhar os acontecimentos. A principal organização da esquerda dos EUA, os Socialistas Democráticos da América [*Democratic Socialists of America* (DSA)], foi pega no contrapé por essas novas lutas e achou difícil transitar das rotinas da política eleitoral do Partido Democrata para a organização de um movimento contínuo contra o racismo e o capitalismo. (Charles *et al.*, 2020) Alguns no DSA falharam em abraçar as demandas mais radicais da revolta – desfinanciar, desarmar e dissolver a polícia – e, em lugar disso, defenderam uma campanha continuada em torno de demandas “universais” para aumentar os salários e o financiamento de serviços públicos – incluindo a polícia. (Chibber 2020; Guastella 2020)

Tanto a posição “identitária” liberal quanto a reducionista de classe, apesar de suas trajetórias políticas divergentes, compartilham um ponto de partida conceitual comum – ambas veem a relação de opressão racial e exploração capitalista como *contingente* em lugar de *necessária*. A maioria das teorias de raça e capitalismo baseia-se em noções de sistemas de opressão interseccionais,³ assim como muitos da tradição radical negra o fazem ao mobilizarem a noção de “capitalismo racial”. Tanto a “interseccionalidade” quanto as teorias do “capitalismo racial” tentam recentralizar a luta contra o racismo na política anticapitalista. No entanto, essas abordagens não são adequadas

² [N.T.] A palavra “liberal”, aqui empregada como adjetivo, geralmente não possui, no ambiente político norte-americano, o sentido habitualmente empregado no ambiente político brasileiro. Nos EUA, o qualificativo refere-se habitualmente às pessoas, suas crenças e ações que defendem as chamadas liberdades individuais ou direitos civis, inclusive (mas não necessariamente) mediante a guarida do Estado de bem-estar. No Brasil, a palavra “liberal” é mais habitualmente associada ao *laissez-faire*, ao liberalismo *econômico*, a não ser que se refira aos costumes. Os dois sentidos existem e são empregados na língua inglesa, mas “*liberal*” quando empregado como adjetivo de “*left*” [esquerda] ou mesmo como substantivo (“*a liberal*”) não possuiria esse sentido como seu elemento dominante, embora a luta por direitos civis seja usualmente conjugada com um compromisso com o liberalismo econômico justamente nesse setor da esquerda. O próprio autor associou o termo mais diretamente à chamada esquerda identitarista. A versão do termo representa sem dúvida um dilema aos tradutores: ou se mantém a palavra original, arriscando que seja interpretada equivocadamente, ou se substitui por outra, perdendo, no entanto, o nexos com a forma costumeira em que ela é empregada em seu contexto de origem. A opção aqui foi preservar a palavra original e explicar, nesta nota, a dificuldade da tradução.

³ Cf.: Collins (2000) para uma apresentação rigorosa das teorias interseccionais da opressão.

para essa tarefa. Tanto a “interseccionalidade” quanto as teorias do “capitalismo racial” falham em estabelecer uma relação *estrutural necessária* entre capitalismo e racismo e, explícita ou implicitamente, admitem uma relação *histórica contingente*.

Problemas conceituais semelhantes marcaram abordagens radicais e marxistas da opressão de gênero. No final dos anos 1970 a maioria das feministas-socialistas concluiu que o marxismo era uma teoria “cega para gênero” capaz de compreender a dinâmica da exploração de classe, mas possuindo poucos *insights* sobre a dinâmica de um sistema “sexo/gênero” independente de opressão patriarcal que coexistia com o capitalismo. (Hartman, 1979) Nos últimos vinte anos, as teorias de “sistemas duais” de gênero e classe foram suplementadas por noções de “interseccionalidade”. Enquanto a versão mais antiga da interseccionalidade via sistemas distintos de classe, gênero, raça e outras formas de opressão moldando identidades e práticas sociais, versões posteriores tentaram uma perspectiva mais integrativa. Patricia Hill Collins (2000) compila opressões em “matrizes” e procura explorar as inter-relações entre diferentes vetores de opressão. O trabalho de Ashley Bohrer (2019) é a tentativa mais rigorosa até hoje de reconciliar marxismo e interseccionalidade, argumentando que a dominação social do capital é baseada tanto na exploração quanto na opressão.

Todas as variantes da interseccionalidade sofrem de numerosos problemas analíticos. As versões mais antigas sofrem dos mesmos problemas que a teoria dos sistemas duais identificados por Lise Vogel no início dos anos 1970 – uma falha em especificar consistentemente a dinâmica do patriarcado e sua relação com o capitalismo. (Vogel, 2013, Capítulo 2) Holly Lewis, em sua análise pioneira de gênero e sexualidade, argumenta que a interseccionalidade “assume que cada sistema de opressão é um vetor com uma origem nebulosa que intersecciona com o sujeito individual [...]” Desconectado da vida material, a opressão lhe parece como que “nascida da intenção maléfica e das más ideias” (Lewis, 2016, pp. 273-274). Não apenas as origens e a trajetória de cada “rua” separada de opressão não são especificadas, mas, como argumenta Tithi Bhattacharya, a interseccionalidade falha em especificar “a lógica de sua interseção” (Bhattacharya, 2017, p. 17). As versões posteriores e mais sofisticadas da teoria evitam os métodos “atomísticos”⁴ das versões mais antigas, mas trabalham com uma compreensão *idealizada* da acumulação e da competição capitalistas. (Jaffe 2020) Especificamente, as últimas encarnações da interseccionalidade afirmam que as teorizações marxistas da acumulação e da competição implicam a *homogeneização* de capitalistas e trabalhadores e são, portanto, incapazes de explicar as divisões de gênero (e racializadas) entre eles.

As teorias marxistas e radicais do capitalismo e da opressão racial sofrem de dificuldades conceituais similares. Quase todos os enquadramentos existentes veem o capitalismo e o racismo como relações sociais distintivas cuja associação é historicamente contingente. Ellen Meiksins Wood, uma das teóricas mais perspicazes do capitalismo, rejeita explicitamente qualquer relação necessária entre capitalismo e opressão racial:

No mínimo, igualdade de classe significa algo diferente e exige condições diferentes das que se associam a igualdade sexual ou racial. Em particular, a abolição da desigualdade de classe representaria por definição o fim do capitalismo. Mas o mesmo se aplica necessariamente à abolição da

⁴ Cf.: McNally (2017).

desigualdade sexual ou racial? Em princípio, igualdade sexual e racial [...] não é incompatível com o capitalismo⁵ [...] embora a exploração de classe seja um componente do capitalismo, de uma forma que não se aplica às diferenças sexuais e raciais, o capitalismo submete todas as relações sociais às suas necessidades. Ele tem condições de cooptar e reforçar desigualdades e opressões que não criou e adaptá-las aos interesses da exploração de classe. (Wood, 2003a, p. 221)

Wood confunde as *precondições* teóricas e históricas das relações capitalistas de propriedade social com os *resultados* – as consequências *inintencionais* da reprodução dessas relações de propriedade social. (Arruzza, 2015; 2014) Wood aponta, corretamente, para duas realidades. Primeiro, nem a opressão racial nem a de gênero são *pre-condição necessária* para o estabelecimento de relações capitalistas de propriedade social. Dito de outra maneira, o capitalismo passa a existir quando produtores e não produtores têm que se reproduzir por meio da competição de mercado – por meio da operação da lei do valor. Segundo, o capitalismo pode reduzir com sucesso as disparidades raciais e de gênero no interior das classes médias capitalistas e de gestão profissional – até mesmo permitindo que um afro-americano lidere o mais poderoso Estado capitalista do mundo. No entanto, a relação entre capitalismo e opressão racial (e de gênero) permanece, desse ponto de vista, *contingente*.

A teorização altamente influente de Cedric Robinson (1983) sobre o “capitalismo racial” também se funda numa relação historicamente contingente entre raça e capitalismo. Robinson se apega ao problemático “modelo de comercialização” das origens do capitalismo, no qual o capitalismo emerge naturalmente da expansão do comércio em sociedades não capitalistas. (Wood, 2002) Nesse modelo, o capitalismo se desenvolve lentamente desde o interior do feudalismo, que Robinson alega já ser “racializado” antes do surgimento do capitalismo. As alegações de Robinson de que o racismo existia na Europa já na Antiguidade clássica são, como argumentaremos abaixo, baseadas em uma confusão fundamental entre os modos pré-capitalista e capitalista de diferenciação (“outrização”⁶) dos seres humanos.⁷ Mas, mais fundamentalmente, elas deixam abertas a possibilidade de que, se o capitalismo tivesse surgido fora do feudalismo europeu “racializado”, o racismo não seria uma característica necessária do capitalismo.

Tentativas mais recentes de refinar a teoria do capitalismo racial sofrem de problemas semelhantes. Julian Go procura resolver as tensões na explicação de Robinson recorrendo à distinção de David Harvey (2014) entre “a *teoria do capital* de Marx e sua *teoria do capitalismo*”.⁸ A teoria do “capital” nos *Grundrisse* e em *O capital* trabalha num nível de abstração que não pode dar conta de “categorias de raça, gênero ou etnia

⁵ [N.T.] A tradução foi ajustada aqui. Na edição em português, em lugar de “igualdade” foi adotado “as desigualdades”, obviamente uma tradução equivocada para “equality”.

⁶ [N.T.] O autor usou aqui o neologismo “*othering*”. Optou-se por uma tradução que mantivesse a forma do neologismo e a intenção de denotar o ato de estabelecer a diferença a partir da qual se caracteriza os “outros”.

⁷ Go (2020, pp. 3-4) defende um argumento semelhante.

⁸ A distinção de Harvey entre uma “teoria do capital” e uma “teoria do capitalismo” confunde abstração científica com idealização/construção de tipos ideais e torna impossível relacionar rigorosamente teoria e história.

[...] porque elas são muito concretas” (Go, 2020, p. 5). Em contraste, a teoria do “capitalismo” de Marx refere-se a tentativas de empregar sua teoria do “capital” para explicar desenvolvimentos históricos concretos, incluindo a opressão racial. No entanto, Go reconhece que a relação entre capitalismo e racismo permanece histórica e contingente, pois não é possível “deduzir, das categorias da teoria de Marx [de *O capital* – CP], a necessidade do racismo ou das diferenciações raciais na sociedade” (*ibidem*, p. 6).⁹

Tampouco a análise de David Roediger e Elizabeth Esch (2012) da relação entre racismo e capitalismo escapa à contingência histórica. Eles produziram uma rica descrição de como capitalistas e trabalhadores assalariados empregam a raça – o mito das diferenças intrínsecas e imutáveis entre humanos – para defender e avançar suas posições sociais nas sociedades capitalistas. Eles fornecem um mapa detalhado de ambas as mudanças de “fronteiras raciais” dentro da classe trabalhadora ao longo do tempo; e a persistência da racialização ao longo da história do capitalismo norte-americano. No entanto, Roediger e Esch falham em estabelecer uma relação *necessária* entre acumulação capitalista e opressão racial.

Para Roediger e Esch, o racismo é um vetor independente de opressão que opera *externamente*, mas em uma relação *funcional* com a acumulação e a competição capitalistas. Eles rejeitam as proposições daqueles, como Oliver Cromwell Cox (1948), que procuram enraizar a opressão racial na acumulação capitalista e na competição no mercado de trabalho. Eles defendem, seguindo muitos outros, que a operação da lei do valor *homogeneiza* o trabalho – equalizando salários, condições de trabalho e coisas do tipo.¹⁰ Para eles, o racismo existe porque é funcional para o capital – como um mecanismo para dividir ideológica e politicamente uma classe trabalhadora crescentemente homogênea. Assim como outros teóricos interseccionais, Roediger e Esch valem-se de uma compreensão simplista da acumulação capitalista e da competição que os torna incapazes de explicar como a estrutura do capitalismo tanto *compele* como *habilita*¹¹ os capitalistas a *diferenciar* ideológica e politicamente os trabalhadores cujas condições de vida e trabalho estão se tornando ostensivamente *homogêneas*.

A tentativa seminal de Lise Vogel, mas há muito ignorada, de construir uma *teoria unitária* da opressão de gênero provê um modelo para transcender os dilemas das teorias contingentes da opressão racial e do capitalismo. Vogel situa a opressão das mulheres *no interior* da dinâmica real da acumulação capitalista, que exige a reprodução contínua da “mercadoria especial” do capitalismo – a força de trabalho, a fonte do mais-valor. Há três elementos para a reprodução social da força de trabalho: a capacidade de

⁹ Arun Kundnani (2010) localiza corretamente as origens da noção de “capitalismo racial” no trabalho de cientistas sociais marxianos que analisaram do apartheid da África do Sul nos anos 1960 e 1970, e procura compreender como a acumulação e a competição capitalistas possuem tendências para tanto *homogeneizar* quanto *diferenciar* classes. Entretanto, sua proposição de que “racismo de Estado, violência e coerção em massa de trabalhadores subordinados são os correlatos da falha em universalizar o trabalho assalariado” deixa sem explicação a reprodução da opressão racial na era do neoliberalismo – em que a dependência dos trabalhadores do salário de mercado foi universalizada de várias formas.

¹⁰ A compreensão de Roediger e Esch da teoria do valor, da acumulação e da competição é extraída de Lebowitz (2006).

¹¹ Essa noção de que as estruturas tanto *compelem* quando *habilitam* os agentes a atuar de determinada maneira é retirada de Callinicos (2009).

trabalhar deve ser reproduzida diariamente (os trabalhadores devem ser alimentados, vestidos etc. para trabalhar todo dia); aqueles que não podem trabalhar (jovens, idosos e pessoas com deficiência) devem ser cuidados; e a classe trabalhadora deve ser reproduzida intergeracionalmente. Enquanto o capitalismo encontrou várias maneiras de organizar a reprodução diária da força de trabalho e o cuidado dos não trabalhadores – campos de trabalho, dormitórios do mesmo sexo, imigração, lares de idosos, orfanatos etc. – a reprodução *geracional* da força de trabalho requer a reprodução *social e biológica* de seres humanos. Todas as sociedades de classe organizam socialmente as diferenças biológicas (gestação e amamentação) que criam o “papel diferencial da mulher na reprodução da força de trabalho”. O capitalismo se apodera e transforma o principal local de reprodução cotidiana e intergeracional da força de trabalho, a família/residência, criando “uma severa separação espacial, temporal e institucional entre o trabalho doméstico e o processo de produção capitalista” (Vogel, 2013, pp. 151-159). A responsabilidade primária das mulheres pelos aspectos “domésticos”, privatizados, da reprodução social é a matriz para a produção da opressão de gênero.

Figuras-chave na Tradição Radical Negra prefiguraram elementos da teoria unificada elaborada abaixo. Embora DuBois seja frequentemente associado à noção de “salário psicológico”, um termo que ele usou apenas uma vez em seu magistral *Black reconstruction* [Reconstrução Negra],¹² em muitas de suas obras ele enraizou a ideologia e as práticas racistas na *competição no mercado de trabalho*.¹³ *Caste, Class and Race* [Casta, Classe e Raça] de Cox (1948) fez a primeira tentativa sistemática de analisar a relação *necessária* entre exploração capitalista e opressão racial. Finalmente, a análise de Gilmore (2007, pp. 70-77) da relação entre a reprodução do exército industrial de reserva¹⁴ e o encarceramento racializado é uma contribuição central para uma teoria unificada de raça e capitalismo.

Acumulação capitalista e competição a heterogeneidade de processos de trabalho, taxas de lucro e salários

A produção e reprodução da opressão racial sob o capitalismo está enraizada nos processos de acumulação e competição capitalistas. A maioria dos marxistas e não marxistas atribui a Marx uma teoria do valor, da acumulação e da competição que *homogeneiza* capital e trabalho. Isso não reflete nem a teoria madura de Marx em *O capital* nem a história efetiva do capitalismo. Como argumentam Anwar Shaikh (2016) e Howard Botwinick (2018), a reprodução do capitalismo não *homogeneiza*, mas *diferencia* constantemente capitalistas e trabalhadores. A operação da lei do valor – na qual os valores de troca de diferentes mercadorias são expressos na quantidade de *tempo de trabalho abstrato médio socialmente* necessário para produzi-las – não depende da *homogeneização* do trabalho. Em vez disso, é a competição e a acumulação capitalistas que

¹² Cf.: DuBois (1935, p. 700).

¹³ DuBois (1920, Capítulo IV). Ver Melchor (2019) para uma discussão sobre a crença de DuBois de que a competição no mercado trabalho torna o sindicalismo interracial impossível nos EUA antes da Segunda Guerra Mundial.

¹⁴ [N.T.] O autor emprega aqui a expressão *reserve army of labor*, corriqueiramente usada na língua inglesa, mesmo em textos especializados. Julgamos, no entanto, pertinente traduzir a expressão por exército industrial de reserva, não apenas por ser mais corrente no uso no Brasil, mas também por ser mais fiel à expressão forjada por Marx (*industrielle Reservearmee*).

permitem que os produtos de processos de trabalho humanos *concretos* fundamentalmente *diferentes* sejam trocados como *equivalentes mediante a abstração dessas diferenças concretas*.¹⁵

As noções de que a acumulação e a competição *homogeneizam* as condições de produção confundem a compreensão de Marx da *competição real* com a visão *idealizada* da economia neoclássica sobre a competição. A “concorrência perfeita”, na qual várias firmas são “tomadoras de preços” passivas e a vantagem de mercado de qualquer firma é temporária, na melhor das hipóteses, produz taxas de lucro e salários uniformes. Essa visão da competição como uma dança bem coreografada entre produtores faz com que a ordem econômica existente pareça eficiente e justa. A *competição capitalista real* tem pouco a ver com o mundo de sonho da economia neoclássica. A competição real é travada por meio do que Marx chamou de “artilharia pesada do capital fixo” – *inovação tecnológica constante, tomando a forma de crescente mecanização da produção* – pela participação no mercado conquistada às custas de outros produtores. De acordo com Shaikh (2016, p. 14), “a *competição real*, antagônica por natureza e turbulenta por natureza [...] é tão diferente da chamada competição perfeita quanto a guerra é do balé”.

A competição e a acumulação reais, mediante o aumento da mecanização da produção, criam *heterogeneidade* entre capitalistas e trabalhadores. Em primeiro lugar, o processo de divisão de tarefas e sua mecanização em um ramo de produção torna uma porção da força de trabalho redundante para o capital. Esse constante reabastecimento do que Marx chamou de *exército industrial de reserva*, a massa de desempregados e subempregados, não apenas regula os salários no interior dos limites da lucratividade, mas cria a possibilidade de processos de trabalho, taxas de lucro e salários *heterogêneos* entre os ramos da indústria. Enquanto as indústrias crescentemente intensivas em capital desfrutam de maiores lucros e da possibilidade de salários mais altos, o constante reabastecimento do exército de reserva permite a reprodução constante de indústrias *intensivas em trabalho* com lucros mais baixos e salários mais baixos. Em outras palavras, o “trabalho suado” sob o capitalismo não é um resquício atávico de formas anteriores de produção, mas a consequência necessária da mecanização continuada da produção, ainda que necessariamente desigual e combinada. (Botwinick, 2018, Capítulo 3)

A geração constante do exército de reserva, com trabalhadores experimentando diferentes níveis de precariedade e desespero, produz trabalhadores que têm pouca escolha a não ser aceitar os piores empregos em toda a economia. Na presença do exército de reserva, a mobilidade do capital e do trabalho estabelece limites, mas não pode eliminar a diferenciação salarial geral. Os setores de baixos salários podem evitar o aumento dos salários explorando o reservatório de trabalhadores desesperados. Com base no trabalho de Samuel Friedman (1984), Botwinick argumenta que essas indústrias de baixos salários muitas vezes recrutam em reservas de trabalho específicas – camadas específicas de trabalhadores desempregados e subempregados cuja força de trabalho é reproduzida em condições sociais distintas – de modo a manter sua lucratividade. Um exemplo contemporâneo de um exército de reserva específico são os trabalhadores migrantes. A separação física da reprodução intergeracional no Sul global e a reprodução cotidiana no Norte global permite que os capitalistas em indústrias de baixos salários

¹⁵ Um ponto similar, derivado do trabalho de Shaikh, é defendido por Chibber (2013, pp. 133-137; 145-147).

paguem salários *abaixo* dos custos de reprodução da força de trabalho no Norte global.¹⁶ A falta do mais básico dos direitos políticos usufruídos pelos “cidadãos” por parte dos imigrantes “sem documentos” intensifica as condições precárias da reprodução social desse segmento do exército industrial de reserva.

Em segundo lugar, a competição dentro das e entre as indústrias necessariamente *diferencia* os processos de trabalho, as taxas de lucros e de salários. Na “guerra de todos contra todos” competitiva, as firmas com investimentos mais antigos em capital fixo têm dificuldade em reduzir custos unitários e elevar margens e taxas de lucro. Todavia, elas não podem abandonar esses investimentos imediatamente em favor de maquinaria nova e mais eficiente. De acordo com Botwinick:

Dada a presença de investimento em capital fixo, entretanto, novas técnicas não podem ser adotadas imediatamente por todas as firmas na indústria. Uma vez que o capital fixo geralmente requer períodos de rotação prolongados, novas técnicas serão adotadas primordialmente pelos capitais que estiverem em melhor posição para fazê-lo. Assim, embora novos capitais venham a entrar na indústria com equipamentos no “estado da arte” e outros capitais existentes comecem gradualmente a reabastecer e expandir suas instalações produtivas com as técnicas mais recentes, capitais mais antigos e menos eficientes também tenderão a viver por muitos anos. Isso é particularmente verdadeiro em períodos prolongados de rápido crescimento [...] *Em vez de criar firmas idênticas, a competição cria uma rediferenciação contínua das condições de produção.*¹⁷ (Botwinick, 2018, p. 131)

Dito de outra maneira, o investimento capitalista em edifícios, máquinas e similares cria barreiras *para a saída* de um ramo de produção. Os capitais com capital fixo mais antigo e menos eficiente, os capitais *não reguladores* [*non-regulating capitals*], *não têm escolha* a não ser permanecer em atividade até que seus investimentos sejam amortizados. Eles competem com os capitais com técnica no “estado da arte”, os capitais *reguladores* [*regulating capitals*], pagando salários abaixo dos oferecidos pelo capital regulador e intensificando o trabalho por meio da aceleração, subdivisão de tarefas e outros meios de aumentar a extração de mais-valor absoluto.

Capitalismo e ideologia e práticas racistas

Enquanto a “coerção muda” do mercado diferencia continuamente os salários dos trabalhadores, as condições de trabalho e a segurança do emprego, precisamos explicar por que essa diferenciação assume a forma de *racialização* – a divisão da humanidade em grupos distintos, com características *imutáveis* que tornam alguns grupos

¹⁶ A formulação original da separação física entre a reprodução intergeracional e cotidiana da força de trabalho como base do sistema de trabalho migratório encontra-se em Buroway (1976). Para um desenvolvimento recente desse argumento na teoria da reprodução social, ver Ferguson e McNally (2015).

¹⁷ Esse argumento não deve ser confundido com teorias da “economia dual” que supõem existir um “centro” com lucros e salários *permanentemente* mais altos do que aqueles das regiões “periféricas” da economia. Ver Botwinick (2018, Capítulos 5-7) para um argumento detalhado sobre como a “regulação turbulenta” das taxas de lucro, margens de lucro e taxas salariais por meio da competição capitalista impede qualquer ramo da produção ou capital de preservar permanentemente sua posição “central”.

inerentemente superiores e outros inerentemente inferiores. As relações capitalistas de propriedade social dão origem a uma experiência vivida contraditória tanto para capitalistas quanto para trabalhadores.¹⁸ Por um lado, o capitalismo é a primeira forma de trabalho social na história humana na qual a exploração ocorre através do que parece ser a *troca de equivalentes* no mercado de trabalho. (Marx, 2013, Capítulo 4) Em lugar de basear-se na dominação pessoal ou em outras formas de coerção extraeconômica, capitalistas e trabalhadores confrontam-se no mercado de trabalho como proprietários de mercadorias distintas – os capitalistas possuem os meios de produção, os trabalhadores sua força de trabalho. Os capitalistas compram a capacidade de trabalho dos trabalhadores geralmente *pelo seu valor* – as condições sociais historicamente constituídas da reprodução da força de trabalho. À medida que os capitalistas *consomem* a força de trabalho – colocam trabalhadores para trabalhar em processos de trabalho sob o comando do capital – os trabalhadores são compelidos a produzir valor *em excesso* ao valor de seus salários.

A compra e venda de força de trabalho faz emergir um *vocabulário* muito específico de *experiência vivida* que disfarça espontaneamente a exploração e promove a noção de *igualdade* de todos os seres humanos. Em *Salário, preço e lucro*, Marx (1978, pp. 83-85) argumentou que, sob a escravidão, todo trabalho parece não ser pago e, sob a servidão, a divisão entre o trabalho pago e o não pago é claramente visível na divisão de colheitas e de trabalho. Em contraste, sob o capitalismo, “até o trabalho *não remunerado* parece ser trabalho pago” pelo fato de que “o caráter de toda a transação se disfarce por completo com a *interferência de um contrato* [...]”. (*ibidem*, p. 84) Em *O capital*, Marx identificou como isso produz uma ideologia distintiva: “A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e a venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham” (Marx, 2013, p. 250).

Entretanto, uma vez que deixamos o mundo idealizado da troca de mercadorias, entramos no mundo *real* da produção, acumulação e competição capitalistas, que necessariamente produz *desigualdades substanciais* – entre capital e trabalho, no interior da classe trabalhadora e entre sociedades na economia mundial capitalista. Nas sociedades pré-capitalistas, a desigualdade humana era *assumida* como parte da “ordem das coisas”; assentada em relações de dependência pessoal e coerção extraeconômica. Por contraste, a desigualdade deve ser *explicada* sob o capitalismo de uma maneira que seja *compatível* com a noção de que os seres humanos *deveriam* ser livres e iguais. Isso requer uma *renaturalização* da diferença – a divisão da humanidade em grupos com *características imutáveis*, tornando alguns inerentemente superiores, outros inferiores. Somente se algumas pessoas são vistas e tratadas como menos do que “totalmente humanas” é que tanto capitalistas quanto grupos de trabalhadores concorrentes podem entender o sentido de uma sociedade em que todos parecem ser iguais, mas há uma

¹⁸ Nossa abordagem da raça como uma ideologia e um conjunto de práticas está baseada no trabalho de Fields (1990, pp. 110-113). Ideologia não é o equivalente de propaganda – ideias produzidas pela mídia, escolas e coisas do tipo e “impostas” sobre uma população passiva. Nem é o equivalente de “doutrina” – um conjunto coerente e estável de crenças sobre o mundo. Ao contrário, ideologia é o “vocabulário da experiência e ação cotidianos” (*ibidem*, p. 111). Dito de outra forma, ideologias são *roteiros mentais* da experiência vivida.

desigualdade real entre e no interior das classes produzidas pela lógica da acumulação e da competição capitalistas.

A diferenciação racial e de gênero são as formas mais comuns pelas quais tanto capitalistas como trabalhadores compreendem e justificam a heterogeneidade do mercado de trabalho. As diferenças de gênero são ideologicamente *reduzidas* à biologia – gênero é equiparado à diferenciação sexual – o que presumidamente explica a inferioridade *inerente* das mulheres com relação a mim. Embora a raça não tenha existência biológica, o processo de racialização constrói socialmente diferenças que são supostas como permanentes e imutáveis.¹⁹ A racialização *naturaliza* as diferenças de aparência física, religião, linguagem e afins.²⁰ A ideologia racista, com sua noção de relações de desigualdade *inerentes* e *imutáveis*, fornece um roteiro mental poderoso tanto para capitalistas como para trabalhadores da experiência vivida contraditória da acumulação e da competição.

A história do racismo

Se o racismo é um “vocabulário da experiência vivida” central das relações de propriedade social capitalista, então ele deve ter uma *história* própria. A noção de que raça e racismo existem *trans-historicamente*, pelo menos desde a Antiguidade europeia, está no cerne do marxismo negro de Cedric Robinson (1983). Outros estudiosos²¹ radicaram o “racismo” antigo na crença de que as diferenças entre grupos “civilizados” e “bárbaros” estavam fundadas em fatores ambientais que se tornaram *hereditários*. Contudo, mesmo os defensores de um racismo greco-romano admitem que a herança de características adquiridas não era vista como “constante e estável” (Isaac, 2009 p. 42) de uma geração para outra. Dito de outro modo, um novo ambiente físico poderia facilmente produzir novas características sociais e comportamentais – tornando-as *fluidas* e *flexíveis*. Além disso, aqueles que alegam a existência de racialização na Antiguidade clássica não demonstraram que certos grupos eram *excluídos* da vida política caso pagassem aluguel, impostos ou tributos a seus soberanos. De fato, há evidência considerável de africanos, em particular, sendo integrados aos Estados grego e romano como soldados e funcionários públicos. (Snowden, 1983, Capítulo 4)

Em suma, a noção de “racismo” antigo iguala os modos pré-capitalista e capitalista de diferenciar as pessoas. Antes do capitalismo, a humanidade era diferenciada

¹⁹ Tais características “permanentes e imutáveis” são usualmente vistas como biológicas. Todavia, na era pós-Segunda Guerra Mundial as diferenças raciais tornaram-se características *culturais* “herdadas e imutáveis”. Embora os discursos liberais [N.T. ver nota 2 acima] de “assimilação” e “diversidade” frequentemente conclamem os racialmente oprimidos a adaptar-se às características culturais dos “brancos” (“erga-se por suas próprias pernas” [“*pull yourself up by your own bootstraps*”]), os obstáculos estruturais para a maioria daqueles constituídos como “não brancos” para tornarem-se “respeitáveis” acabam por levar ao desespero liberal sobre as “culturas da pobreza”. Ver Steinberg (1989, Parte dois: Introdução e Capítulo 4) para uma discussão sobre “cultura” nos discursos racistas da segunda metade do século XX.

²⁰ Virdee (2014) oferece uma análise do racismo “não codificado por cores” [“*non-color coded*”] na Grã-Bretanha. Roediger (2005) mapeia brilhantemente as fronteiras variáveis da raça entre trabalhadores imigrantes europeus no século XX nos EUA.

²¹ Isaac (2004).

pela religião (“pagãos e crentes”) e pelo parentesco-comunidade (“estranhos e vizinhos/parentes”). Ambos tendiam a ser altamente *flexíveis* e *mutáveis* por meio de conversão, adoção e similares. Sob o capitalismo, a raça é uma forma de diferenciação humana na qual as características distintivas tornam-se *imutáveis*. De acordo com Go,

não é que o capitalismo tenha sido construído sobre diferenças raciais anteriores; ao contrário, o capitalismo serviu para racializar a divisão do trabalho étnica preexistente, transformando diferenças religiosas, culturais ou linguísticas em diferenças ‘raciais’ para legitimar suas novas restrições de exploração [...] a racialização [...] era *uma parte* do capitalismo moderno, não seu precursor. (Go, 2020, pp. 3-4)

Há evidências de que o racismo efetivo – opressão de uma coletividade social baseada em diferenças supostamente imutáveis – surgiu de forma precoce em uma região da Europa pré-capitalista.²² No final do século XIV e início do século XV, em Castela e Aragão, os monarcas cristãos conquistadores expulsaram à força os governantes muçulmanos anteriores e os banqueiros e comerciantes judeus que não se converteram ao cristianismo. Em meados do século XV, à medida que a competição por cargos venais nas novas monarquias absolutistas se intensificou, os cristãos começaram a excluir muçulmanos e judeus que se converteram ao cristianismo (*conversos* ou “cristãos-novos”) das fileiras da nobreza e dos principais cargos públicos. A alegação era que esses convertidos careciam de “pureza de sangue” (*limpieza de sangre*), e registros genealógicos detalhados demonstrando que as famílias eram cristãs há várias gerações tornaram-se um pré-requisito para o avanço social. Com a unificação do absolutismo espanhol em 1492, a expulsão de judeus e muçulmanos que se recusavam a converter-se e a exclusão dos *conversos* tornaram-se generalizadas. (Herring Torres *et. al*, 2012; Nirenberg, 2009) Apesar de seu surgimento na Península Ibérica feudal tardia, a *generalização* da raça não ocorreu no absolutismo europeu, em que a realidade continuada da coerção extra-econômica fez com que a desigualdade humana continuasse a parecer *natural*.

A opressão racial em sua forma moderna *crystalizou-se* dois séculos depois, durante a colonização capitalista inglesa da Virgínia.²³ Quando a *falta de liberdade* legal é o estatuto típico das classes trabalhadoras, como ocorria na maioria das sociedades pré-capitalistas, incluindo a Virgínia, antes do final do século XVII, a desigualdade era *pressuposta*. Foi somente quando todas as outras formas de trabalho forçado, em particular a servidão por contrato, foram abolidas no início do século XVIII na Virgínia, que a escravização de pessoas de ascendência africana precisou ser *explicada* e *justificada*. A noção de raça foi sistematizada para justificar a falta de liberdade dos africanos como caso isolado de uma sociedade na qual a *liberdade legal* e a *igualdade* estavam se tornando a norma. De acordo com Fields:

Na Era da Revolução, a sociedade inglesa e sua descendência americana [compartilhavam – CP] [...] a suposição de que o indivíduo é o proprietário

²² Quero agradecer a David Camfield por ter voltado minha atenção para isso.

²³ Cf.: Morgan (1975), Fields (1990), Virdee (2018, pp. 11-15). Muitos marxistas aceitam a proposição de Theodore Allen (1995; 1997) de que o racismo emerge simultaneamente na Virgínia colonial e durante a colonização inglesa da Irlanda. No entanto, como David Camfield apontou em seus comentários sobre uma versão anterior deste ensaio, a opressão dos católicos irlandeses não foi *racial* – caso se convertessem ao protestantismo eles gozariam os mesmos direitos dos outros irlandeses protestantes.

de sua própria pessoa [...]. [Essa noção – CP] avançou o suficiente para tornar a escravidão uma condição carente de justificação e estreitar a base sobre a qual essa justificação poderia se assentar. Nessa época, a escravidão não podia ser dada como certa nem derivada de princípios gerais autoevidentes. Publicistas pró-escravidão e antiescravidão [...] inconscientemente colaboraram para localizar essa base da presumida incapacidade dos escravos de serem livres, uma incapacidade que se cristalizou como incapacidade racial e todas as suas armadilhas pseudobiológicas subsequentes. (Fields, 1982, pp. 161-162)

Embora a plantação escravocrata na Virgínia fosse uma forma de produção não capitalista,²⁴ ela emergiu como parte do primeiro processo de *colonização capitalista*. (Wood 2003, Capítulos 4 e 5; Brenner, 1993, Parte Um) A transição para a agricultura capitalista na Inglaterra no século XVI deu origem a um mercado de consumo de massa entre os prósperos arrendatários capitalistas. Comerciantes que operavam fora do sistema decadente de monopólios reais procuravam abastecer esse mercado, iniciando a produção em plantações de açúcar e tabaco no Caribe inglês e no sul da América do Norte continental. Embora os novos comerciantes fossem incapazes de estabelecer relações sociais capitalistas em suas colônias, as colônias eram extensões da primeira sociedade capitalista – a primeira sociedade na qual a liberdade jurídico-legal e a igualdade estavam se tornando a norma.

Raça e racismo não desapareceram com a abolição da escravidão do Novo Mundo, mas tornaram-se *generalizados* em todo o mundo capitalista. Os termos específicos da ideologia racista, quais *características específicas* tornavam alguns grupos superiores e outros inferiores, mudaram com a mudança da escravidão para o sistema de parceria e trabalho assalariado nos EUA e globalmente. De acordo com Fields (1990, pp. 154-155), “há, afinal de contas, uma profunda diferença no significado social entre um fazendeiro que percebe os negros como escravos ingratos, não confiáveis e estúpidos e um fazendeiro que percebe os negros como empregados indisciplinados, irregulares e refratários”. Similarmente, a raça tornou-se um elemento crucial do “roteiro mental da experiência vivida” que explicava e justificava a expropriação de produtores não capitalistas e o estabelecimento de relações capitalistas de propriedade social através do colonialismo de colonos brancos e da expansão imperialista em geral. Jessica Evans (2018)²⁵ detalha como a recém-formada Confederação Canadense começou a monopolizar e mercantilizar uma vasta quantidade de terras anteriormente indígenas na transição para o capitalismo de meados do século XIX. Foi nessa conjuntura histórica que o estatuto legal e social dos “índios” foi clara e permanentemente diferenciado daquele dos “brancos”, os únicos considerados como aptos a apropriar-se e a “melhorar” a propriedade rural.

Acumulação e competição capitalistas e a produção da raça

²⁴ Ver Post (2012, Capítulo 3).

²⁵ Apesar da abordagem teórica “pós-colonial”, Bhandar (2018) descreve como a lei de propriedade moderna nas colônias europeias codificou as ideologias racializadas que justificavam a expropriação das populações indígenas. Bonnett (1998) identifica como a expansão imperialista europeia transformou formas não europeias de diferenciação de pessoas, racializando os não europeus como não brancos e inerentemente inferiores.

Sob relações de propriedade social especificamente capitalistas, a raça é constantemente reproduzida através da diferenciação de processos de trabalho, taxas de lucro e salários que necessariamente resultam da acumulação e da competição capitalistas.²⁶ Dito de outra forma, raça e classe são *constituídas conjuntamente* [co-constituted] sob o capitalismo. (McNally, 2015) Uma *consequência inintencional* das leis “abstratas” do movimento do capital é a reprodução da noção de que diferentes grupos de trabalhadores possuem características imutáveis, tornando alguns trabalhadores inerentemente mais ou menos “confiáveis”. Capitalistas e trabalhadores, especialmente quando organizações da classe trabalhadora como os sindicatos são fracos, utilizam a raça como forma de ordenar a “fila de emprego” – o acesso a empregos. A constante subdivisão e mecanização de tarefas características do capitalismo cria uma massa de trabalhadores tanto no exército ativo quanto no exército de reserva que podem realizar quase qualquer trabalho específico. (Braverman, 1974)²⁷ Trabalhadores e capitalistas inventam “características” raciais fictícias para determinar quem são os trabalhadores mais “confiáveis” e “eficientes” para diferentes tarefas.²⁸ No centro desse processo de construção de um “roteiro de experiência vivida” racial estão noções de que diferentes “raças” têm custos inerentemente diferentes de reprodução social e capacidades de produzir diferentes *quanta* de mais-valor (níveis inerentemente diferentes de habilidade, inteligência, motivação e produtividade).

Os capitalistas ingleses do final do século XVIII e começo do século XIX viam os irlandeses, que estavam sendo rapidamente expropriados pelos proprietários de terra ingleses, como camponeses ignorantes e grosseiros cujos custos de reprodução e capacidade de trabalho “estável” e qualificado eram menores do que os dos trabalhadores ingleses. Os irlandeses eram considerados adequados apenas para o “trabalho de cão” [*“pick and shovel” work*] nas docas, construção de canais e ferrovias e para as posições mais desqualificadas na fabricação. (Virdee, 2014, pp. 26-27; 34-37; 2018, pp. 15-18) Nos EUA, os afro-americanos permaneceram ligados à terra no Sul como escravos ou meeiros durante a maior parte do século XIX e do início do século XX. Como esclarecem Roediger e Esch,²⁹ os capitalistas desenvolveram uma elaborada hierarquia racial de custos de reprodução e capacidades de trabalho para os irlandeses no começo do século XIX e para os variados imigrantes Europa austral e oriental no final dos séculos XIX e XX. Como os negros são expulsos da agricultura do sul antes e durante a Primeira Guerra Mundial, seus supostos custos mais baixos de reprodução social e capacidade inferior de “trabalho disciplinado” justificaram sua atribuição ao trabalho menos desejável, de menor qualificação e mais mal pago na indústria. A racialização do mercado de trabalho também é evidente no Sul global, pois os capitalistas britânicos e árabes posteriores atribuíram diferentes custos de reprodução e capacidades de trabalho a diferentes grupos de trabalhadores migrantes nos portos do Golfo. (Khalili, 2020, p. 185)

²⁶ Para a aplicação do trabalho de Botwinick sobre diferenciais de salário para raça, feita por dois economistas profissionais, ver Mason (1995) e Williams (1993).

²⁷ Infelizmente, a maioria dos leitores da obra-prima de Braverman tende a igualar desqualificação com *homogeneização* do trabalho. O próprio Braverman tinha bastante clareza de que a tendência para desqualificar o trabalho constantemente *diferencia* o trabalho.

²⁸ Tenho uma dívida imensa com Kim Moody por conta de muito do que vem a seguir.

²⁹ Cf.: Roediger e Esch (2012); Roediger (2005).

O processo de racialização do mercado de trabalho e dos exércitos de reserva não provém simplesmente “de cima” – através da ação dos capitalistas – mas “de baixo” – através da atividade dos trabalhadores quando a ação e a organização coletivas contra o capital não parecem viáveis. Robert Brenner e Johanna Brenner enraízam o racismo da classe trabalhadora na posição contraditória dos trabalhadores sob o capitalismo: “os trabalhadores não são apenas *produtores coletivos* com um interesse comum em assumir o controle coletivo da produção social. Eles também são *vendedores individuais de força de trabalho* em conflito uns com os outros por empregos, promoções etc.” (Brenner & Brenner, 1981, p. 30). Como vendedores concorrentes de força de trabalho, os trabalhadores estão abertos ao chamamento da política que os opõe a outros trabalhadores – especialmente trabalhadores em uma posição social mais fraca:

Parece possível para os segmentos mais fortes da classe trabalhadora defender suas posições pela organização com base em laços já existentes contra segmentos mais fracos e menos organizados. Eles podem tirar vantagem de suas posições como americanos sobre e contra estrangeiros, como brancos sobre e contra negros, como homens sobre e contra mulheres, como empregados sobre e contra desempregados etc. Ao assim fazê-lo, os trabalhadores podem agir inicialmente apenas distante daquilo que eles percebem ser seu mais imediato autointeresse. Mas com o tempo eles inevitavelmente sentem a pressão para dar sentido a essas ações e adotam ideias que podem tornar suas ações razoáveis e coerentes. Essas ideias são, naturalmente, as ideias da direita. (*ibidem*)

Roediger descreve como os trabalhadores artesanais qualificados no início do século XIX nos EUA tentam se construir socialmente como “brancos” para proteger-se das pressões do exército industrial de reserva e da ameaça de serem facilmente substituídos à medida que o capital desqualifica seu trabalho. Temores de empobrecimento e de desqualificação foram o combustível para que os trabalhadores qualificados brancos do norte pré-guerra projetassem “nos trabalhadores negros o que eles ainda desejavam em termos da imaginada ausência de alienação, mesmo quando eles se indignavam por serem tratados como escravos ou ‘cr*oulos brancos’ [*white n*ggers*]”. (Roediger, 2019, p. 68) No século XIX, a competição por trabalho não qualificado nas cidades do norte levou a pogroms racistas de trabalhadores irlandeses contra afro-americanos, culminando nos sangrentos “distúrbios do recrutamento” em Nova York e em outras cidades durante a Guerra Civil. (Ignatiev, 1995; Bernstein, 2010) Como a migração em massa de afro-americanos para as cidades do norte começou antes da Primeira Guerra Mundial, a competição entre trabalhadores explodiu nos “distúrbios raciais” de 1919 e novamente na onda de “greves de ódio” durante a Segunda Guerra Mundial. (Wolfinger, 2009) Nas últimas quatro décadas, o apoio de uma minoria de trabalhadores brancos mais velhos a políticos de direita, começando com Reagan e culminando em Trump, reflete uma dinâmica similar. (Post, 2017) Satnam Virdee (2014) identifica uma competição racial semelhante estimulando o racismo da classe trabalhadora na Grã-Bretanha nos séculos XIX e XX.

A acumulação e a competição capitalistas reais continuam a moldar a diferenciação racial da classe trabalhadora dos EUA hoje. Em primeiro lugar, vemos a consistente sobrerrepresentação de trabalhadores de cor no exército industrial de reserva – manifestada em taxas consistentemente mais altas de desemprego, subemprego e po-

breza. (Spalter-Roth & Lowenthal, 2005) De acordo com a Secretaria de Estatísticas Trabalhistas [*Bureau of Labor Statistics*], em 2016 os afro-americanos tinham quase duas vezes mais chances de estarem desempregados e “marginalmente ligados à força de trabalho” (entrando e saindo do mercado de trabalho) do que os brancos. (BLS, 2016, Tabela 15) Também vemos segregação ocupacional e industrial por raça.³⁰ Embora os latinos atualmente experimentem níveis mais altos de segregação ocupacional e industrial do que os afro-americanos, ambas as principais minorias racializadas nos EUA estão mais representadas nos setores de produção trabalho-intensivos e de baixos salários. Os afro-americanos têm a maior parcela de emprego, excluindo o setor de transporte público e o serviço postal, em indústrias trabalho-intensivas e de baixos salários, como assistência médica domiciliar, cuidados de enfermagem, fabricação de tabaco, processamento de carne, armazenamento, produção têxtil e varejo.³¹ Mesmo em ramos de produção mais intensivos em capital, os trabalhadores afro-americanos e latinos têm historicamente se concentrado em departamentos nos quais os salários são mais baixos e as condições de trabalho mais perigosas e desagradáveis, como fundições em siderúrgicas, pintura de carrocerias em fábricas de automóveis e nos demais departamentos à exceção dos de pneus, nas lojas de borrachas em geral. A super-representação de trabalhadores de cor no exército industrial de reserva os compele a aceitar esses empregos menos desejáveis.

Finalmente, há tanto evidência estatística quanto descritiva de que os trabalhadores não brancos tendem a estar sobrerrepresentados em capitais “não reguladores” – capitais com técnicas menos eficientes, taxas de lucro mais baixas, salários mais baixos e processos intensivos em trabalho. Descrições históricas da indústria automobilística na área de Detroit observam uma concentração acentuada de trabalhadores afro-americanos nas fábricas mais antigas, pré-1940, localizadas dentro dos limites da cidade, enquanto os trabalhadores brancos estavam concentrados nas fábricas mais novas nos subúrbios circundantes. Diante de lucros declinantes e do acirramento da competição global no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, as empresas automobilísticas fecharam essas antigas plantas de vários andares e apenas reformularam as plantas mais modernas e de um único andar dos subúrbios. O resultado foi o empobrecimento massivo de camadas de trabalhadores automobilísticos afro-americanos. (Sugrue, 1996, Parte II) No início do século XXI, Robert L. Kaufman (2010, Capítulo 4) encontrou fortes correlações entre lucratividade da firma e intensidade em capital e altos níveis de desigualdades raciais no emprego, com trabalhadores não brancos concentrados nas firmas de menor lucro e mais intensivas em trabalho.

A racialização da competição no mercado de trabalho é um fator necessário, se não suficiente, para explicar as agudas diferenças raciais na reprodução social – em particular na habitação e, com ela, na educação – nos EUA. Durante a primeira onda de migração negra para o norte durante a Primeira Guerra Mundial e imediatamente depois dela, os afro-americanos se viram no final da “fila de emprego” e concentrados em habitações de má qualidade em bairros urbanos, sendo abandonados pelos imigrantes ainda “não brancos” do sul e do leste da Europa. (Roediger, 2005) No final da década de 1930 e início da década de 1940, o governo Roosevelt rejeitou os pedidos do Congresso

³⁰ Cf.: Alonso-Vilar *et al.* (2012); Hellerstein e Neumark (2005); Queneau (2009).

³¹ Agradeço muito a Paul Heideman por me ajudar a calcular esses dados a partir do (BLS, 2016a).

de Organizações Industriais [*Congress of Industrial Organizations*] (CIO)³² por um programa massivo de habitação pública que teria deslocado grande parte do mercado imobiliário privado para trabalhadores nos EUA. Em lugar disso, eles trabalharam com seus apoiadores entre os promotores imobiliários urbanos para promover casas próprias privadas em áreas que estavam se tornando predominantemente “brancas”, enquanto aprisionavam afro-americanos e latinos em favelas do centro da cidade. Décadas em que proprietários imobiliários em favelas aumentaram os aluguéis de moradias deterioradas em comunidades urbanas predominantemente não brancas contribuíram para as insurreições urbanas de meados dos anos 1960. A resposta federal, a Lei da Moradia Justa [*Fair Housing Act*] e a legislação subsequente, abriram a propriedade de imóveis para afro-americanos e latinos, mas apenas em áreas que eram predominantemente não brancas e com hipotecas (“sub-prime”) que envolviam taxas de juros mais altas e “flexíveis”.³³

O ímpeto do setor imobiliário em lucrar, primeiro, com um mercado de aluguel urbano segregado e, depois, com a propriedade imobiliária segregada é o principal determinante da lacuna persistente entre a riqueza pessoal de brancos e não brancos nos EUA. A segregação racial residencial também é um fator decisivo nas marcadas disparidades raciais no policiamento e no encarceramento. Embora seja verdade que a maioria das pessoas presas e encarceradas nos EUA seja de brancos pobres e da classe trabalhadora,³⁴ as pessoas de cor, especialmente os afro-americanos, têm pelo menos duas vezes mais chance de serem presas e encarceradas do que os brancos.³⁵ O enquadramento de comunidades pobres e não brancas, pelos órgãos de aplicação da lei, como de “alta criminalidade”, “infestadas de drogas” e “inundadas de armas” (Forman, 2018) explica muito da disparidade racial no policiamento e no encarceramento. A segregação residencial também está na raiz dos resultados educacionais racialmente desiguais nos EUA. (Quillian, 2014)

O que muitos da esquerda chamam de “privilegio branco” está fundamentalmente enraizado nessa competição entre trabalhadores. Os níveis mais baixos de desemprego e pobreza, o acesso a empregos mais seguros e bem pagos e coisas semelhantes permitem que os trabalhadores brancos tenham a seu alcance moradias melhores e educação para suas crianças. Esses diferenciais na organização da reprodução social da força de trabalho reproduzem então os diferenciais do mercado de trabalho – uma vez que trabalhadores de bairros empobrecidos e com educação inferior são vistos como trabalhadores menos “desejáveis” ou “qualificados”. A reprodução contínua e espontânea da raça por meio da acumulação e da competição capitalistas mina a capacidade

³² [N.T.] O CIO é uma confederação de sindicatos surgida como uma dissidência no interior da Federação Americana do Trabalho [*American Federation of Labor*] (AFL) no final da década de 1930, mantendo-se em funcionamento até 1955.

³³ Massey e Denton (1993) oferecem muito sobre o pano de fundo do papel da administração Roosevelt na reprodução da segregação racial nos EUA. Ver também Taylor (2019).

³⁴ Sobre encarceramento, ver: Gottschalk (2015); Forman (2012); Wacquantt (2009). Sobre policiamento, ver Guardian (2016); Spence (2016); Reed (2016). Para um excelente resumo e esclarecimento do debate, ver Ikler e Smiley (2020).

³⁵ O texto conceitualmente falho de Alexander (2011) apresenta dados amplos sobre disparidades raciais no sistema de justiça criminal desde o fim dos anos 1970.

coletiva dos trabalhadores de resistir às demandas do capital, criando uma espiral descendente nos salários e nas condições de trabalho para *todos* os trabalhadores. (Reich, 1981) Embora materialmente os “salários da branquitude” tenham se tornado bastante escassos na era do neoliberalismo, o racismo da classe trabalhadora persiste numa época de enfraquecimento da organização coletiva de classe e da luta contra o capital.

A unidade multirracial da classe trabalhadora não será produzida espontaneamente – isso exigirá a reconstrução de uma cultura e uma organização de solidariedade entre trabalhadores. (Chibber, 2017) Claramente, as lutas por abrangentes demandas universais e de classe – salários mais altos, maior segurança no emprego, assistência médica (“*Medicare for All*”³⁶) e pensões não vinculadas ao emprego etc. – reduzem a competição entre trabalhadores e são condições necessárias, mas não suficientes para construção de um movimento multirracial de trabalhadores. A corrente dominante do movimento sindical industrial dos anos 1930 e 1940 tornou os trabalhadores “daltônicos”, permitindo que as divisões raciais se aprofundassem e contribuindo para o fracasso da organização do sul dos EUA. (Goldfield, 2020) Demandas específicas *de raça*, como desfinanciar e desarmar a polícia, acabar com a segregação habitacional e residencial, senioridade na fábrica e na indústria como um todo,³⁷ ação afirmativa na contratação e promoção, direitos de cidadania plena para todos os imigrantes na chegada, um fim para o assédio racial e para a discriminação no emprego entre outras serão essenciais para construir a solidariedade multirracial da classe trabalhadora. A experiência da *Brotherhood of Sleeping Car Porters*³⁸, do *Negro Labor Congress*³⁹, do *Negro American Labor Council*⁴⁰ e das correntes de negros e latinos em sindicatos nos anos 1960 e 1970 demonstram que um movimento multirracial de trabalhadores também requer *auto-organização* de trabalhadores de cor no interior do movimento mais amplo de trabalhadores. Finalmente, movimentos contra o racismo externos ao local de trabalho, como o levante de 2020, radicalizaram os trabalhadores e promoveram a unidade multirracial. Dito de modo simples, a organização e a política de classe *eficazes* – forjando a

³⁶ [N.T.] *Medicare for All* refere-se ao projeto que pretende implementar um sistema universal de saúde nos EUA, cujo principal financiador seria o governo federal. O projeto foi proposto pela primeira vez à Câmara dos Representantes dos EUA em 2003 pelo deputado democrata John Conyers. A tentativa mais recente de introduzir o *Medicare for All* nos EUA foi liderada pelo senador independente Bernie Sanders em 2017.

³⁷ Nelson (2001, Capítulos 5-7) demonstra como a aceitação da senioridade departamental pelo CIO preparou o terreno para a reprodução de divisões raciais entre os trabalhadores da indústria do aço e outros trabalhadores industriais organizados no período pós-guerra.

³⁸ [N.T.] Organização sindical criada pelos trabalhadores negros da Pullman Company em 1925, que se insurgiu não apenas contra a própria empresa, mas também contra os sindicatos insensíveis com relação à questão racial. A organização perdurou até 1978, quando se fundiu com outro sindicato constituindo o *Transportation Communications International Union*.

³⁹ [N.T.] O *Negro Labor Congress* foi uma iniciativa do Partido Comunista dos Estados Unidos e de sua vertente sindical surgida em 1925 com o propósito de criar conselhos locais que enfrentassem abertamente as questões raciais, de modo a impedir que a divisão entre brancos e negros afetasse a unidade da classe trabalhadora.

⁴⁰ [N.T.] Iniciativa surgida em 1960 a partir da incapacidade da *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations* (AFL-CIO) de enfrentar a discriminação racial nos sindicatos a ela associados.

unidade da classe trabalhadora em uma classe racialmente heterogênea – devem incluir o *antirracismo*.

Referências

- ALEXANDER, Michelle. *The New Jim Crow: mass incarceration in the age of color blindness*. Nova York: The New Press, 2011.
- ALLEN, Theodore. *The invention of the white race*, Volume 1: racial oppression and social control. Londres: Verso Books, 1994.
- ALLEN, Theodore. *The invention of the white race*, Volume 2: the origin of racial oppression in Anglo-America. Londres: Verso Books, 1997.
- ALONSO-VILAR, Olga; DEL RIO, Carol; GRADIN, Carlos. “The extent of occupational segregation in the United States: differences by race, ethnicity and gender”, *Industrial Relations*, 51, April, 02, 2012, pp.179-212.
- ARRUZZA, Cinzia. “Logic or history? The political stakes of Marxist-Feminist theory”, *Viewpoint Magazine*, June, 23, 2015. Disponível em: <https://www.viewpointmag.com/2015/06/23/logic-or-history-the-political-stakes-of-marxist-feminist-theory/>. Acesso em 11/10/2022.
- ARRUZZA, Cinzia. “Remarks on gender”, *Viewpoint Magazine*, September, 02, 2014. Disponível em: <https://www.viewpointmag.com/2014/09/02/remarks-on-gender/>. Acesso em: 11/10/2022.
- BERNSTEIN, Ivar. *The New York City draft riots: their significant for American society and politics in the age of the Civil War*. Lincoln, NB: Bison Books, 2010.
- BHANDAR, Brenna. *Colonial lives of property: law, land and racial regimes of ownership*. Durham (NC): Duke University Press, 2018.
- BHATTACHARYA, Tithi. “Introduction”. In: BHATTACHARYA, Tithi (edit.). *Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression*. Londres: Pluto Press, 2017.
- BLS (Bureau of Labor Statistics). *Current population survey*. Washington (DC): Government Printing Office, 2016a.
- BLS (Bureau of Labor Statistics). *Labor force characteristics by race and ethnicity*, 2016. Disponível em: <https://www.bls.gov/opub/reports/race-and-ethnicity/2016/home.htm>. Acesso em: 11/10/2022.
- BOHRER, Ashley. *Marxism and intersectionality: race, gender, class, and sexuality under contemporary capitalism*. Bellefield: Transcript Verlag, 2019.
- BONNETT, Alastair. “Who was white?: the disappearance of non-European white identities and the formation of European racial whiteness”, *Ethnic and Racial Studies*, 21, November, 06, 1998, pp. 1029-1055.
- BOTWINICK, Howard. *Persistent inequalities: wage differentials under capitalist competition*. Chicago: Haymarket Books, 2018.
- BRAVERMAN, Harry. *Labor and monopoly capital: the degradation of labor in the 20th century*. Nova York: Monthly Review Press, 1974.
- BRENNER, Johanna; Robert Brenner. “Reagan, the right and the working class”, *Against the Current* (Old Series), 1, 2 (Winter), 1981, pp. 29-35.
- BRENNER, Robert P. *Merchants and revolution: commercial change, political conflict, and London’s overseas traders, 1550-1653*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

- BUROWAY, Michael. "The functions and reproduction of migrant labor: comparative material from Southern Africa and the United States", *American Journal of Sociology*, 81, 5 (March), 1976, pp. 1050-1087.
- CALLINICOS, Alex. *Making history: agency, structure and change in social theory*. Chicago: Haymarket Books, 2009.
- CHARLES, Justin; ESEALUKA, Michael; ARRUZZA, Cinzia; Pessin, Haley; BEAN, Brian. Socialists and the uprising against racism: an activist roundtable. *Tempest*, August, 05, 2020. Disponível em: <https://www.tempestmag.org/2020/08/socialists-and-the-uprising/>. Acesso em 11/10/2022.
- CHIBBER, Vivek. "Debating the 'defund the police' language", *Jacobin Show*, December, 11, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qBR3wmKavng>. Acesso em: 11/10/2022.
- CHIBBER, Vivek. "Rescuing class from the cultural turn", *Catalyst*, 1, 1, 2017, pp. 27-56.
- CHIBBER, Vivek. *Post-colonial theory and the specter of Capital*. Londres: Verso Books, 2013.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Nova York: Routledge, 2000.
- COX, Oliver C. *Caste, class and race*. Nova York: Doubleday, 1948.
- DU BOIS, W. E. B. *Black reconstruction: an essay toward a history of the part which black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America, 1860-1880*. Nova York: Harcourt Brace and Company, 1935.
- DU BOIS, W. E. B. *Darkwater: voices from within the veil*. Nova York: Harcourt, Brace and Company, 1920.
- EVANS, Jessica. "Colonialism, racism, and the transition to capitalism in Canada". In: LAFRANCE, X.; POST, C. (edits.). *Case Studies in the origins of capitalism*. Londres: Palgrave, 2018.
- FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. "Precarious migrants: gender, race and the social reproduction of a global working class". In: Panitch, L.; Albo, G. (Edits). *Socialist Register 2015: transforming classes*. Nova York: Monthly Review Press, 2015.
- FIELDS, Barbara Jeanne. "Ideology and race in American history". In: KOUSSER, J. Morgan; MCPHERSON, James M. (edits.). *Region, race and reconstruction: essays in honor of C. Vann Woodward*. Nova York: Oxford University Press, 1982.
- FIELDS, Barbara Jeanne. "Slavery, race and ideology in the United States of America", *New Left Review*, I/181 (May-June), 1990, pp. 93-118.
- FORMAN, James. "How 20 years of stop and search has widened America's racial divide", *The Guardian*, October, 09, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2018/oct/09/how-20-years-of-stop-and-search-has-widened-americas-racial-divide>. Acessado em: 11/10/2018.
- FORMAN, James. "Racial critiques of mass incarceration: beyond the new Jim Crow", *New York University Law Review*, 87 (February), 2012, pp. 101-146.
- FRIEDMAN, Samuel R. "Structure, process and the labor market". In: DARITY, JR., William (edit.). *Labor Economics: modern views*. Boston: Kluwer-Nijhoff Publishing, 1984.

- GILMORE, Ruth Wilson. *Golden Gulag: prisons, surplus, crisis, and opposition in globalizing California*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- GO, Julian. "Three tensions in the theory of racial capitalism", *Sociological Theory*, 1-10, 2020. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0735275120979822?casa_token=pai-oVT9ztIAAAAA:aPRujn9fOh9Fn66kjIhxt6cuyxTFvEOxpYrEE0_0_0EAq-AyaHFuYmOfgydd66RZwvD0Rb1deFc. Acessado em: 11/10/2022.
- GOLDFIELD, Michael. *The southern key: class, race, and radicalism in the 1930s and 1940s*. Nova York: Oxford University Press, 2020.
- GOTTSCHALK, Marie. *Caught: the prison State and the lockdown of American politics*. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- GUARDIAN. "The Counted: People Killed by Police in the U.S", 2016. Disponível em: www.theguardian.com/us-news/ng-interactive/2015/jun/01/the-counted-police-killings-us-database. Acessado em: 11/10/2016.
- GUASTELLA, Dustin. "To end police violence fund public good and raise wages", *Nonsite.Org*, July, 09, 2020. Disponível em: <https://nonsite.org/policing-symposium/>. Acessado em: 11/10/2022.
- HAIDER, Asad. *Mistaken identity: race and class in the age of Trump*. Londres: Verso Books, 2018.
- HARTMANN, Heidi. "The unhappy marriage of Marxism and Feminism: towards a more progressive union", *Capital & Class*, 3, 2, 1979, pp. 1-33.
- HARVEY, David. *Seventeen contradictions and the end of capitalism*. Nova York: Oxford University Press, 2014.
- HELLERSTEIN, Judith; NEUMARK, David. "Workplace segregation in the United States: race, ethnicity and skill", *NBER Working Paper* 11599, Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2004. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w11599>. Acessado em: 11/10/2022.
- HERING TORRES, Marx S.; MARTINEZ, Maria Elena; NIRENBERG, David (edits.). *Race and blood in the Iberian World*. Zurique: LIT Verlag, 2012.
- IGNATIEV, Noel. *How the Irish became white*. Nova York: Routledge, 1995.
- IKLER, Peter; SMILEY, Calvin-John. "The racial Economics of mass incarceration", *Spectre: a Marxist Journal*, 1, 2, 2020, pp. 78-99.
- ISAAC, Benjamin. "Racism: a rationalization of prejudice in Greece and Rome". In: ISAAC, B.; ZIEGLER, J.; ELIAV-FELDON, M. (edits.). *The origin of racism in the West*. Nova York: Cambridge University Press, 2009.
- ISAAC, Benjamin. *The invention of racism in Classical Antiquity*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- JAFFE, Aaron. *Social reproduction theory and the socialist horizon*. Londres: Pluto Press, 2020.
- KAUFMAN, Robert L. *Race, gender, and the labor market: inequalities at work*. Londres: Lyne Rienner Publishers, 2010.
- KHALILI, Laleh. *Sinews of war and trade: shipping and capitalism in the Arabian Peninsula*. Londres: Verso Books, 2020.

- KUNDNANI, Arun. "What is racial capitalism", *Arun Kundnani on Race, Culture and Empire*, October, 23, 2020. Disponível em: <https://www.kundnani.org/what-is-racial-capitalism/>. Acessado em: 11/10/2022.
- LEBOWITZ, Michael. "The politics of assumption, the assumption of politics", *Historical Materialism*, 14:2, 2006, pp. 29-47.
- LEWIS, Holly. *The politics of everybody: Feminism, queer theory, and Marxism at the intersection*. Londres: Zed Books, 2016.
- MARX, Karl. "Salário, preço e lucro". In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Citado no original a partir da seguinte edição: MARX, Karl. *Value, price and profit*. Chicago: CH Kerr, 1910, pp. 83-86.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. Citado no original a partir da seguinte edição: MARX, Karl. *Capital*, Volume I. Harmondsworth (UK): Penguin Books, 1976.
- MASON, Patrick L. "Race, competition and differential wages", *Cambridge Journal of Economics*, 19, 1995, pp. 545-567.
- MASSEY, Douglas S.; DENTON, Nancy A. *American apartheid: segregation and the making of the underclass*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1993.
- MCNALLY, David. "Intersections and dialectics: critical reconstructions in social reproduction theory". In: BHATTACHARYA, Tithi (edit.). *Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression*. Londres: Pluto Press, 2017, pp. 94-111.
- MCNALLY, David. "The dialectics of unity and difference in the constitution of wage-labor: on internal relations and working-class formation", *Capital & Class*, 39:1, 2015, pp. 131-146.
- MELCHOR, Cody R. "First as tragedy, then as farce: WEB DuBois, left-wing radicalism, and the problem of interracial unionism", *Critical Sociology*, 46, 7-8, 2019, pp. 1041-1055.
- MORGAN, Edmund S. *American slavery, American freedom: the ordeal of Colonial Virginia*. Nova York: W.W. Norton & Co, 1975.
- NELSON, Bruce. *Divided We stand: American workers and the struggle for black equality*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- NIRENBERG, David. "Was there race before Modernity? The examples of 'jewish' blood in late Medieval Spain". In: ISAAC, B.; ZIEGLER, J.; ELIAV-FELDON, M. (edits.). *The origin of racism in the West*. Nova York: Cambridge University Press, 2009.
- POST, Charles. "The roots of Trumpism", *Cultural Dynamics*, May, 24, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0921374017709229>. Acessado em: 11/10/2022.
- POST, Charles. *The American road to capitalism: studies in class structure, economic development and political conflict, 1620-1877*. Chicago: Haymarket Books, 2012.
- QUENEAU, Hevre. "Trends in occupational segregation by race and ethnicity in the USA: evidence from detailed data", *Applied Economics Letters*, 16, 2009, pp. 1347-1350.

- QUILLIAN, Lincoln. "Does segregation create winners and losers? Residential segregation and inequality in educational attainment", *Social Problems*, 61, 3, 2014, pp. 402-426.
- REED, Adolph. "How racial disparity does not help make sense of patterns of police violence", *Nonsite*, September, 16, 2016. Disponível em: <https://nonsite.org/how-racial-disparity-does-not-help-make-sense-of-patterns-of-police-violence-2/>. Acessado em: 11/10/2022.
- REICH, Michael. *Racial inequality: a political-economic analysis*. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- ROBINSON, Cedric. *Black Marxism: the making of the black radical tradition*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1983.
- ROEDIGER, David. *Class, race, and Marxism*. Londres: Verso Books, 2019.
- ROEDIGER, David. *Working toward whiteness: how America's immigrants became white –the strange journey from Ellis Island to the Suburbs*. Nova York: Basic Books, 2005.
- ROEDIGER, David; ESCH, Elizabeth. *The production of difference: race and management of labor in US history*. Nova York: Oxford University Press, 2012.
- SHAIKH, Anwar. *Capitalism: competition, conflict, and crises*. Nova York: Oxford University Press, 2016.
- SNOWDEN, Frank M. *Before color prejudice: the Ancient view of blacks*. Cambridge: Harvard University Press, 1983.
- SPALTER-ROTH, Roberta; LOWENTHAL, Terri Ann. "Race, ethnicity and the American labor market: What's at work?", June, 2005. Disponível em: http://www.asa-net.org/sites/default/files/savvy/images/research/docs/pdf/RaceEthnicity_LaborMarket.pdf. Acessado em: 11/10/2022.
- SPENCE, Lester. "Policing class", *Jacobin*, August, 16, 2016. Disponível em: <https://jacobin.com/2016/08/baltimore-police-department-of-justice-freddie-gray>. Acessado em: 11/10/2022.
- STEINBERG, Steven. *The ethnic myth: race, ethnicity and class in America*. Boston: Beacon Press, 1989.
- SUGRUE, Thomas. *The origins of the urban crisis: race and inequality in postwar Detroit*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- TAYLOR, Keeanga Yamahatta. *Race for profit: black homeownership and the end of the urban crisis*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2019.
- VIRDEE, Satnam. "Racialized capitalism: an account of Its contested origins and consolidation", *The Sociological Review*, 67, 1, 2018, pp. 3-27.
- VIRDEE, Satnam. *Racism, class and the racialized outsider*. Londres: Palgrave, 2014.
- VOGEL, Lise. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.
- WACQUANT, Loic. *Punishing the poor: the neoliberal government of social insecurity*. Durham: Duke University Press, 2009.
- WILLIAMS, Rhonda M. "Racial inequality and racial conflict: recent developments in radical theory". In: DARITY, W. (edit.). *Labor Economics: problems in analyzing labor markets*. Nova York: Springer, 1993.

- WOLFINGER, James. "World War II hate strikes". In: BRENNER, A.; DAY, B.; NESS, I. (edits.). *The Encyclopedia of Strikes in American History*. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 2009.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo editorial, 2003. Citado no original a partir da seguinte edição: *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Nova York: Cambridge University Press, 1999.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Empire of capital*. Londres: Verso Books, 2003a.
- WOOD, Ellen Meiksins. *The origins of capitalism: a longer view*. Londres: Verso Books, 2002.

Recebido em 15 de outubro de 2022
Aprovado em 15 de outubro de 2022